O princípio do "pós-Brexit"

O ponto crucial do acordo saído da cimeira União Europeia-Reino Unido é, indiscutivelmente, a nova Parceria de Segurança e Defesa.

Nuno Severiano Teixeira| *Público* | 28 de maio de 2025

É como um casal divorciado que volta a encontrar-se cinco anos depois do divórcio. Persistem as divergências, mas já passaram os ressentimentos, as mágoas, e as desconfianças. Não querem voltar ao casamento, mas já são capazes de conversar serenamente. E até cooperar nas matérias de interesse comum. Foi assim, na semana passada, na primeira cimeira bilateral entre a União Europeia e o Reino Unido, depois do "Brexit". Foi o princípio do "pós-Brexit".

O "Brexit" teve custos dos dois lados do canal da Mancha, mas mais penosos para o Reino Unido. A UE representa 41% das exportações britânicas, que depois do "Brexit" caíram 21%, com elevados custos para as empresas e para as famílias. Os custos económicos associados à persistência da questão da imigração mudaram substantivamente a percepção da opinião pública britânica que hoje é, maioritariamente, favorável a uma relação mais próxima com a UE.

Do lado europeu, a situação é diferente. E embora alguns Estados-membros sejam mais favoráveis e outros menos, a percepção em Bruxelas é a de que se pode e deve melhorar o acordo, mas não renegociar todo o acordo. O diálogo entre as duas partes recuperou um tónus diplomático construtivo, assegurou uma cooperação bilateral positiva e até ganhos de parte a parte. No plano económico, os progressos mais significativos registaram-se nas pescas e nos controlos aduaneiros. O Acordo de Cooperação e Comércio previa, para evitar um "Brexit" mais duro, um período de transição para o acesso das frotas pesqueiras europeias às águas britânicas, até Junho de 2026. Aproximava-se o termo e foi prorrogado por mais 12 anos. Por outro lado, os controlos aduaneiros e certificados sanitários e fitossanitários, sobre os produtos agrícolas e pecuários, que penalizavam e muito os produtos britânicos, foram aligeirados ou mesmo cancelados.

Mas, em contrapartida, o Reino Unido aceita um "alinhamento dinâmico" com a normativa europeia. Este termo, aparentemente técnico, encerra, porém, um profundo significado político. E quer dizer que o Reino Unido aceita, em última instância, a jurisdição do Tribunal de Justiça Europeu, o que tinha constituído uma das linhas vermelhas britânicas durante as negociações do "Brexit".

Da cimeira sai também o que pode vir a configurar, no futuro, uma aliança energética. Alertado ou não pelo apagão em Portugal e Espanha, o Reino Unido pondera a sua integração no sistema eléctrico europeu e no mecanismo de intercâmbio comercial de emissões de carbono na luta contra a mudança

climática. Mas tudo isto são medidas a médio e longo prazo e sem impacto concreto e imediato na vida quotidiana dos cidadãos. O mesmo não acontece com um conjunto de medidas que parecendo menos substantivas têm, certamente, maior visibilidade e impacto social. Primeiro, no controlo de fronteiras, a possibilidade de os cidadãos britânicos usarem as mesmas máquinas de passaportes electrónicos dos cidadãos europeus. E depois o regresso das universidades do Reino Unido ao programa Erasmus. Mas o ponto crucial do acordo é, indiscutivelmente, a nova Parceria de Segurança e Defesa entre a UE e o Reino Unido.

Desde o "Brexit" que as relações de segurança e defesa têm estado fora da agenda entre o Reino Unido e a UE. Pelo contrário, têm privilegiado o quadro da NATO ou acordos bilaterais ou minilaterais entre Estados europeus. Uma espécie de coligações de vontade, mas sempre fora do quadro institucional da UE. Desde a extinção da União da Europa Ocidental que não existe uma organização de defesa europeia. Ora, sob a pressão da guerra da Ucrânia, a nova ordem de segurança europeia ameaçada a leste pela Rússia e abandonada a ocidente pelos Estados Unidos parece exigir uma fórmula mais sólida e institucionalizada do que as fórmulas existentes de cooperação *ad hoc*. Nesse sentido, a nova Parceria de Segurança e Defesa pode ser um passo nessa direcção. Permitirá o acesso da indústria militar britânica aos programas de rearmamento da União Europeia e, ao mesmo tempo, associar a maior potência militar europeia à dissuasão nuclear e à defesa colectiva da Europa.

Há ainda um longo caminho a percorrer. O Reino Unido precisa de se aproximar da Agência Europeia de Defesa e a UE de reconhecer a importância do Reino Unido para a Base Industrial e Tecnológica de Defesa Europeia. Mas tudo isso são tecnicalidades. O importante é o seu significado político. A mensagem que envia à Rússia é a de que, quando é preciso, a Europa está unida na sua defesa. Na defesa da sua segurança, dos seus interesses e dos seus valores.

https://www.publico.pt/2025/05/28/opiniao/opiniao/principio-posbrexit-2134556